



EDITORIAL

A NOVA EVANGELIZAÇÃO E O ANO DA FÉ

Vivemos época singular, na qual novos desafios e questões se colocam à Igreja e, de modo particular, àqueles que, nela, têm a responsabilidade imediata da evangelização. Neste quadro complexo, alguns se desesperam e não veem nenhuma saída, a não ser repetir o adágio latino: mala tempora currunt. Todavia, perguntamo-nos se esta mesma realidade não encerraria em si novas chances e oportunidades de se propor o Evangelho ao homem contemporâneo. No clima de celebração dos cinquenta anos de abertura do Concílio Vaticano II, estes desafios não seriam autênticos sinais dos tempos endereçados à Igreja, aos quais acenou o Papa João XXIII em não poucas ocasiões?

Não exageramos ao dizer que a Igreja, na tarefa de anunciar o Evangelho, se vê em situação parecida com os primeiros tempos da evangelização. Naqueles idos, a proposta de Cristo não fazia parte da cultura e do mundo em que fora anunciada pela primeira vez. Nos primórdios da evangelização, necessário foi um esforço de inculturação da mensagem evangélica, que consistiu na tradução do conteúdo dos livros sagrados dos cristãos – os evangelhos canônicos, mais precisamente – em textos e homilias que pudessem ser aceitos pelos leitores e ouvintes de então, ainda que com resistências. O revestimento da mensagem evangélica por linguagem assimilável pelos homens de então foi, nestes tempos primeiros, a solução encontrada pelos Padres da Igreja para tão delicado problema.

Hoje vivemos no contexto de cultura dissolvente. Ajuda-nos a compreender esta realidade a ideia de modernidade líquida, estudada pelo sociólogo Zigmunt Bauman. As pessoas, em geral, não se mostram suficientemente abertas aos valores duradouros e que, como tais, exigem comprometimento estável. Perguntemo-nos, então: numa cultura dissolvente, como pregar o Evangelho e a correspondente exigência ética que lhe é ínsita?

Nada fácil é a situação da Europa, se recordarmos que já nos anos 1940 o cardeal francês Emmanuel Suhard, então arcebispo de Paris, dizia ser a França terra de missão, ao descobrir que habitantes de grande parte deste país não haviam sido realmente evangelizados. Percebeu-se, assim, que o estado de cristandade convivia com uma realidade de paganismo, sem que tivesse havido, por parte dos batizados, real assimilação dos valores do Evangelho. Voltando-nos para o contexto latino-americano e caribenho, seria exagerado perguntarmo-nos se, na evangelização que nos toca realizar, não deveremos envidar esforços para transformar católicos “culturais” em autênticos cristãos?

O Evangelho é sempre novo – pulchritudo tam antiqua et tam nova (Conf. X,27) –, uma vez que permanentemente será proposta alternativa às muitas propostas de vida oferecidas aos homens. A novidade é inerente ao Evangelho, razão pela qual se pode dizer que novo deve ser o próprio modo segundo o qual ele há de ser anunciado. Sendo assim, a novidade deverá dizer respeito ao modo como se dá a transmissão da fé cristã. Aqui se destaca a preocupação do Papa Bento XVI, quando, na Carta Apostólica sob forma de motu proprio Porta fidei nos convida a celebrar o Ano da Fé, no período entre os dias 11 de outubro de 2012 e 24 de novembro de 2013.

Cabe aqui rememorar que o processo de assimilação da fé cristã consiste na experiência de vida que ocorre ao longo da existência de cada indivíduo. Vem a propósito, aqui, trazer à tona a experiência de fé vivida por Inácio de Loyola. Ele recebeu uma fé “cultural”, nos moldes de uma série de dados objetivos de que tomara conhecimento antes e durante o processo de sua conversão. Inácio não experimentará a autêntica fé cristã até ter passado pelo encontro pessoal e libertador com o Senhor Jesus, que o levará a reconhecer-se amado e acolhido por Deus no mesmo Cristo Senhor. E mais. Não por acaso, encontra-se no Documento de Aparecida o apelo insistente dos bispos latino-americanos e caribenhos para que, em nossas terras, os católicos passem por experiência pessoal do Senhor, sem o que a fé cristã poderia ser comparada a algo que pura e simplesmente se acrescenta à pessoa, ao modo de prosaico adesivo. A fé cristã carece ser recebida livre e pessoalmente, num itinerário existencial a ser percorrido por cada indivíduo. O fato de ter sido apresentado como apelo pessoal, a implicar a adesão existencial dos indivíduos, explica o “sucesso” do Evangelho nos primeiros séculos da era cristã.

A propósito do que se disse acima, nunca é demais recordar que a fides quae e a fides qua devem ser articuladas entre si. O processo de recepção da fé cristã não se reduz à simples memorização dos doze artigos do Credo. No entanto, estes mesmos artigos, comunicados pela Igreja aos catecúmenos, ajudam-nos na construção da identidade cristã. Sem que se incorra no erro do integrismo, a fides quae torna possível a configuração do caráter da fé cristã. A propósito deste tema, mencionemos apenas os

concílios realizados ao longo da história da Igreja: estes eventos significativos e marcantes ofereceram parâmetros e critérios para a vivência da fé cristã. Ora, sem os dados objetivos da fé cristã, corre-se o risco de interpretar o Evangelho de forma anárquica.

O que se entende hoje por Nova Evangelização? Não são poucas as dificuldades criadas pelo simples uso do adjetivo “nova”. A Nova Evangelização não pode ser entendida como restauracionismo ou recatolicização. Ela significa o dizer a fé cristã numa cultura caracterizada por mudança epocal. Há diferença entre um projeto de Nova Evangelização que se traduz na comunicação da insuperável novidade do Evangelho, e um projeto de Nova Evangelização que significa a repristinação de modelos teológico-pastorais já ultrapassados.

No que diz respeito à América Latina e ao Caribe, o projeto da Nova Evangelização não pode consistir na reedição do que os missionários europeus realizaram em meio às comunidades e culturas locais desde o século XVI, ainda que se reconheça que tal esforço de evangelização se tenha dado com a entrega e o sacrifício de muitos. Necessário se faz refletir com cuidado e discernimento na busca do melhor modo de se proceder ao anúncio da Boa Nova em meio às muitas, diversificadas e complexas realidades culturais do nosso presente. Não se pode eleger um padrão ou esquema único de evangelização, a ser aplicado às realidades locais ao modo de camisa de força. Por sinal, não é esta a situação que encontramos em nossas terras, quando, no serviço ao Povo de Deus, os pastores se veem na contingência de aplicar receita “vinda de fora” para dar solução a problemas que poderiam ser convenientemente resolvidos por arte e engenho dos que conhecem a realidade na qual estão inseridos?

E mais. O plano da Nova Evangelização não pode ser confundido com a mera divulgação dos conteúdos doutrinários do catecismo, com a finalidade de serem memorizados pelos “catequizandos”. Por mais bem articulado e redigido que tenha sido um manual de catecismo, a retenção cerebral de suas informações jamais substituirá a experiência de fé enquanto encontro pessoal com Jesus Cristo, seguida da natural adesão a seu projeto de vida. Na verdade, importa estabelecer equilíbrio entre Evangelho e catecismo, mantendo verdadeira tensão dialética. A formulação dogmática, se aceita como caminho que conduz à experiência pessoal de Jesus Cristo, é boa em si mesma. Mas, se é assimilada como algo objetivado, coisificado, representa empecilho a esta mesma experiência. O problema reside na postura em face de um catecismo: busca-se solução pronta para determinada situação incômoda? Ou justificativa para certa atitude tomada?

O Evangelho é maior do que o evangelizador. Com efeito, “trazemos o tesouro do Evangelho em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós” (1Cor 4,7). Não por acaso o evangelista Lucas menciona a incompreensão dos discípulos de Jesus diante da proposta do

Evangelho, quando, no contexto da Última Ceia, os apresenta “discutindo entre eles sobre qual deles devia ser considerado o maior” (Lc 22,24). Ou seja, o evangelizador se alimenta de algo que lhe é superior: está em processo de amadurecimento enquanto cristão. Ele é também ouvinte da Palavra a ser comunicada. Conclui-se por isso que a evangelização não depende de forma decisiva da santidade ou idoneidade pessoal do anunciador do Evangelho. No entanto, esta verdade não deve servir para eximir o evangelizador do imprescindível testemunho de vida. Aliás, o Papa Bento XVI, na homília da missa de inauguração da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, em Aparecida, no dia 13 de maio de 2007, muito acertadamente lembrou que “a Igreja não faz proselitismo, mas cresce por ‘atração’”. Uma vez que foi evangelizado, o evangelizador fala com credibilidade do Evangelho.

Não raro se esquece que o protagonista da evangelização é o Espírito Santo. É o Espírito de Cristo quem move, orienta e consola a Igreja no empenho do anúncio do Evangelho. Estruturas e projetos de evangelização muito rígidos acabam por apagar o Espírito (cf. 1Ts 5,19). Tais estruturas e projetos reduzem o Evangelho a mero código de conduta em vista de pretensa perfeição moral, pleno de interditos e advertências, a incomodar como fardo pesado (cf. Mt 23,4). No projeto da Nova Evangelização, não se olvide que a comunhão eclesial, por si própria convincente confissão da fé cristã, inspira-se na amorosa comunhão trinitária, como ensinavam os Santos Padres. Assim sendo, todo e qualquer projeto de evangelização só vingará se buscar inspiração no próprio Deus que se comunica aos homens mediante as missões do Filho e do Espírito. Tudo o mais não se reduziria à mera propagação de ideias elaboradas por simples “burocratas da evangelização”, sem real apelo existencial aos homens e mulheres do nosso tempo para que se alimentem da contínua presença de Deus no mundo?